

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
ATIVO	Nota	Controladora		P A S S I V O	Nota	Controladora		Nota	2024	2023	Controladora	Nota	2024	2023
		2024	2023			2024	2023							
Circulante				Circulante				Receita líquida de vendas	18	257.028	110.112	(=) Prejuízo do exercício	(45.926)	(21.047)
Caixa e equivalentes de caixa	4	745	733	Fornecedores	13	14.746	13.891	(-) Custos dos produtos vendidos	19	(242.286)	(91.659)	Itens que não afetam o caixa operacional	-	-
Aplicações financeiras	4	2.301	3.001	Obrigações tributárias	14	10.231	8.448	(+) Despesas/receitas operacionais	-	14.741	18.453	Constituição perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-
Contas a receber	5	25.279	27.928	Obrigações trabalhistas	-	-	-	Resultamento de equivalência patrimonial	11	821	(61.001)	Dereços e variações monetárias sobre precatórios a receber	12	2.716
Estoques	6	10.700	11.577	Outras contas a pagar	-	-	-	Outras receitas/(despesas) líquidas	19	2.279	(18.460)	Depreciação e amortização	12	14.240
Impostos a recuperar	7	5.021	5.056		-	-	-	(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	-	(76.964)	(24.469)	Provisão para contingências	-	(2.616)
Participações em consórcios	8	7.824	17.709		-	-	-	Receitas financeiras	20	12.533	3.569	Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados	-	(1.960)
Despesas antecipadas	-	258	430		-	-	-	Despesas financeiras	20	(3.445)	(3.018)	Resultado com impairment de ativos e passivo oneroso	-	6.023
Outras Contas a Receber	9	2.771	5.847	Não circulante	-	-	-	(=) Resultado financeiro líquido	-	9.088	551	Resultado com impairment de investimento	-	821
		54.899	72.281	Obrigações tributárias	14	5.975	11.887	(=) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social e	-	(67.877)	(23.918)	Equivalência patrimonial	11.a	(26.702)
Não Circulante				Provisão para demandas judiciais	15	26.576	24.202	(+) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	21	21.951	2.871			
Contas a receber	5	178.074	193.416	Mútuo a pagar	16	50.017	12.000	(=) Prejuízo do exercício	-	(45.926)	(21.047)			
Precatórios a receber	10	79.753	79.847	Receita diferida	-	-	-	Lucro líquido por ação	-	(0.0028)	(0.7946)			
Depósitos judiciais	4	46.981	46.852	Provisão para perdas em investimentos	11	-	-							
Imóveis a comercializar	-	840	840		-	-	-							
Mútuos	16	-	-	Patrimônio líquido	17	82.568	48.089							
Ativo fiscal diferido	21	79.172	57.222	Capital social	-	433.878	433.878							
Outras contas a receber	9	5.015	31.997	Prejuízos acumulados	-	(66.973)	(21.047)							
Investimentos	11	-	-	Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-							
Imobilizado	12	55.631	39.877		-	-	-							
Intangível	-	25	67		-	-	-							
		445.491	450.117			366.905	412.831							
Total do Ativo		500.390	522.398	Total do passivo e patrimônio líquido		500.390	522.398							

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO							
	Nota	Capital social	Reservas		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		774.972	-	-	-	(339.844)	435.128
Absorção do Prejuízo acumulado	-	(339.844)	-	-	-	-	-
Redução de Capital	-	(1.250)	-	-	-	-	(1.250)
Prejuízo do exercício	17.c	-	-	-	(21.047)	-	(21.047)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		433.878	-	-	(21.047)	412.831	412.831
Absorção do Prejuízo acumulado	-	-	-	-	(45.926)	-	(45.926)
Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	17.c	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		433.878	-	-	(66.973)	366.905	366.905

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia ("Companhia"), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 26, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 11 de abril de 1968. A Companhia tem por objeto social a construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplanagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, casais barragens, edificações, túneis, pontes, viadutos, armações e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras brutas, massas asfálticas e outros minerais, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedade controladas e coligadas tendo início de sua operação em junho de 1968. **2. Base de preparação:** A declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizações pela Administração na sua gestão. Em 21 de março de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínuo, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: **Nota 5** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; **Nota 9** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; **Nota 14** - Provisão para demandas judiciais; **Nota 20** - Taxas e prazos de vencimento de caixa são ajustados a valor presente de certos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **3. Principais práticas contábeis:** **3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e está ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da prestação de serviço de engenharia e construção, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impacto de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior aos valores dos valores presentes substancialmente inferior ao valor presente na data do balanço. **3.5. Estoques:** Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são destinados a aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização. **3.6. Instrumentos financeiros:** **3.6.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retratadas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. **3.7. Investimento:** Os investimentos em controladas e coligadas são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.6.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.7. Investimento:** Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. **3.8. Operações em conjunto (Consórcios):** A Companhia possui participações em consórcios, os quais são acordos contratuais estabelecem o controle conjunto das operações. As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de recursos da Companhia e suas controladas, assim como dos outros participantes dos consórcios, em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A Companhia registra em suas demonstrações contábeis sua parcela proporcional de sua participação em cada consórcio dos ativos, passivos, receitas de prestação de serviços, custos e despesas incorridas nos consórcios. **3.9. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. **3.10. Perda por redução ao recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** A Companhia realizou uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade. O valor recuperável de um ativo é maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo que exceder o seu valor recuperável, é constituído a provisão para a desvalorização ajustando o valor contábil ("impairment"). **3.11. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tem vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.12. Empréstimos e financiamentos:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos índices/avaliações pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.13. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas atividades de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para o Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, e considerando, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou bens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores. Impostos diferidos consistem em créditos em débito e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertirem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.16. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.17. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com prestação de serviço de construção civil é reconhecida no resultado respeitando o regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia. **3.17.1. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança. **3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a conclusão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.18.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: **(a)** O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término desse período; **(b)** Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele; **(c)** A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; **(d)** No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.18.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequentemente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequentemente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.18.3. Alterações nas IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Nota 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.19. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **(a)** Alterações nas IAS 21/CPC 02 - (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; **(b)** Alterações nas IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **(c)** Alterações nas IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **(d)** IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; **(e)** Alterações nas IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:		
	Controladora	
	2024	2023
Bancos conta movimento	745	733
Aplicações financeiras (a)	2.301	3.001
	3.046	3.734

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2022).

5. Estoques:		
	Controladora	
	2024	2023
Contas a receber de terceiros	220.299	238.290
Medições a futuro (a)	20.146	20.146
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(37.092)	(37.092)
	203.353	221.344

(a) Valores correspondem a medições dos serviços prestados e não faturados devido autorização.

6. Estoques:		
	Controladora	
	2024	2023
Estoque (a)	10.700	11.577
	10.700	11.577

(a) São compostos por materiais destinados à aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

7. Impostos a recuperar:		
	Controladora	
	2024	2023
PIS	1.172	1.184
COFINS	290	364
CSLL	28	25
Imposto de renda	1.136	1.088
INS	2.395	2.395
	5.021	5.056

Os créditos são oriundos da operação da Companhia.

8. Participações em consórcios:						
	Consórcios	Controladora		Aporte/	Devolução	Apropriação
		2024	2023			
Belo Monte	5.821	(1)	(179)	6.001	-	-
Metro Linha 5	(5.154)	-	-	(5.154)	-	-
ROMA	6.334	-	2	6.332	-	-
CPTM - Linhas A - F	1.899	83	-	1.816	-	-
BR 135	(1.921)	405	(91)	(2.235)	-	-
Linha 9 Esmeralda	(327)	-	-	(327)	-	-
ETE Alcântara - SAG	(1.559)	513	(485)	(1.529)	-	-
Centro Seco - Ribeirão dos Meninos	(6.252)	-	-	(6.252)	-	-
Sabesp	9.977	42	3	9.967	-	-
Outeirinho	(939)	(17.750)	6.822	9.989	-	-
Transposição do Rio São Francisco	-	-	-	-	-	-
Lote I, II e VII	(4.755)	33	-	(4.788)	-	-
Infraero - Aeroporto de Guarulhos	3.964	-	-	3.964	-	-
DNIT Duplicação BR 101	(4.314)	193	-	(4.507)	-	-
BR 364	-	2.143				

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

Consolidado	2024			Custo amortizado
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado		
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	-	-	14,746
Outras contas a pagar	-	-	-	15,047
Total	-	-	-	29,792
Consolidado	2023			Custo amortizado
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado		
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	733	-	-	-
Aplicações financeiras	-	3.001	-	-
Contas a receber	221.344	-	-	-
Outras contas a receber	37.844	-	-	-
Total	259.921	3.001	-	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	-	-	13.891
Outras contas a pagar	-	-	-	32.999
Total	-	-	-	46.890

22.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e identicos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **Eventos subsequentes:** Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

DIRETORIA	CONTADOR
Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente	Cleiton Lameira Falci - CRC 1 SP 252875/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e diretores da **Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia**, São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/O-1
Henrique Herbel de Melo Campos - Contador CRC 1 SP 181015/O-3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAMBARÍ

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

ANEXO I - CLASSIFICAÇÃO FINAL - PROVAS APLICADAS 09MAR25

Para facilitar a sua busca pressione a tecla "Ctrl+F" e digite o nome desejado

01 - Agente de Combate as Endemias											
Classificação	Inscrição	Candidato	Disciplinas				Nota Final	Data Nascimento			
			LP	MAT	CGA	LSP			CE		
1	200844297	MONIQUE APARECIDA VIEIRA FERNANDES	3	2	5	4	14	83	07/11/1989		
2	200843356	WAGNER FERNANDO DOS SANTOS	2	5	4	4	12	78	13/09/1977		
3	200843262	ANDRESSA VERONICA MORAES COSTA	2	3	3	5	12	76	11/08/1998		
4	200846096	ANDRE HENRIQUE RUDI GRION	2	5	2	4	12	76	19/02/1992		
5	200845852	DENISE APARECIDA RODRIGUES	5	3	3	4	11	75	03/07/1992		
6	200844654	ANDERSON APARECIDO PROENCA DE OLIVEIRA	4	4	3	4	11	75	10/07/1995		
7	200844739	LUIZ FERNANDO DE LIMA QUEIROZ	3	4	5	5	10	74	23/11/2001		
8	200844200	FELIPE HENRIQUE DA SILVA MELO	3	4	4	5	10	73	01/08/1994		
9	200844858	LUANA PAULA PEREIRA NUNES	3	5	2	2	12	72	20/03/1987		
10	200845512	FERNANDA DA SILVA	4	3	5	3	11	72	09/01/1986		
11	200843499	RENE DOMINGUES	2	3	1	4	12	71	07/04/1987		
12	200843382	LARISSA SILVA DE ALMEIDA	1	3	3	4	12	71	27/07/1994		
13	200844266	BRUNO DE OLIVEIRA MARTINS	2	4	2	3	12	71	10/07/1998		
14	200845788	BRAYAN AGUIAR KLAPPER PAULINO	4	4	3	4	10	71	01/03/2000		
15	200846963	MARINA KATO	3	5	3	4	10	71	21/11/1982		
16	200843729	KATIA REGINA DE OLIVEIRA	4	2	4	2	12	70	24/05/1986		
17	200846359	SAMARA CRISTINA CAMPOS	3	3	2	4	11	70	28/12/1982		
18	200846994	ANDRE LUIZ DALMAZDO DE CARVALHO	3	4	5	5	9	70	17/01/1984		
19	200844436	LARISSA STUBER PRESUNDA PONTES	1	3	1	4	12	69	29/11/2000		
20	200844137	GABRIEL GODOY SANTOS	3	2	3	4	11	69	26/11/1997		
21	200843736	DANTON DE SOUZA BATISTA	3	1	5	4	11	69	02/04/1998		
22	200844113	PAMELA FERNANDA DE ALMEIDA LEITE	3	1	1	5	11	69	06/12/1990		
23	200846907	VANESSA NAOMI IWAMA	2	4	3	3	11	68	19/09/1996		
24	200843743	JOSE RIVELINO DA SILVA	2	2	5	5	10	68	04/10/1968		
25	200843618	MARCELO RODRIGUES TOLEDO	4	3	2	4	10	68	05/07/1979		
26	200845456	ALEXANDRE JOSE CAFUNDO	2	5	5	3	10	68	04/04/1976		
27	200845495	FATIMA CASTORINA ROCHA	3	1	3	4	11	67	19/03/1985		
28	200845577	SAMUEL VINICIUS TEODORO DE ANDRADE	1	2	0	4	12	66	20/04/2002		
29	200843460	LOUIZE DINIZ TEIXEIRA FERREIRA	4	4	0	2	11	66	18/04/2006		
30	200846380	DIEGO AZOLLI MOREIRA	3	5	5	3	9	66	08/03/1987		
31	200845487	NATALIA DE JESUS FONSECA VERISSIMO	1	2	2	3	12	65	25/12/1990		
32	200846534	YURI OLIVEIRA ALMEIDA	2	4	3	2	11	65	07/03/1994		
33	200846409	FELIPE FERREIRA DA SILVA PASTORI	1	3	5	4	10	65	02/07/1989		
34	200843305	VICTOR CORREA ANTUNES	3	3	1	1	12	64	25/11/1999		
35	200845860	ANGEL O VIEIRA LEITE	1	2	3	5	10	64	04/09/1975		
36	200845412	EDUARDO DE OLIVEIRA DIXO	2	2	4	4	10	64	09/10/1978		
37	200845550	ANA CAROLINA CORREA RUIVO	3	4	1	3	10	64	15/07/1997		
38	200843239	GABRIELA DA SILVA CARNEIRO DOS SANTOS	2	3	3	5	9	64	20/12/1996		
39	200846237	MARIA JULIA SILVA DOS SANTOS	0	1	2	5	11	63	29/07/1998		
40	200844013	ALLAN JOSE LEITE DE MEIRA	2	1	4	3	11	63	17/12/1982		
41	200846502	CRISTIANE ANTUNES DE OLIVEIRA DA SILVA	4	3	3	2	10	63	03/03/1991		
42	200845310	MARIA EDUARDA NOGUEIRA DOMINGUES MENDES	1	3	1	3	11	62	22/05/1997		
43	200846406	THAIS LUZIA DA SILVA OLIVEIRA	2	2	4	2	11	62	23/09/1995		
44	200845043	ISABELA ARANTES	0	4	4	2	11	62	15/09/2002		
45	200846867	GABRIEL ANTUNES DE LIMA	1	4	2	3	10	61	20/03/2004		
46	200844160	ELIANE CRISTINA ANTITI	2	2	2	5	9	61	09/09/1982		
47	200844372	VERA RODRIGUES DE CARVALHO SOARES	1	3	2	5	9	61	26/11/1973		
48	200843290	MISAEIL PAULO CISTERNA FILHO	1	3	2	5	9	61	23/04/1994		
49	200844937	PRISCILA DA SILVA OLIVEIRA	3	3	1	4	9	61	04/06/1994		
50	200846571	MOISES MARCELINO DE MEIRA SOUZA	2	5	2	3	9	61	17/09/1985		
51	200846088	JANAINA DE JESUS MACHADO GOMES	1	2	1	3	11	60	18/05/1981		
52	200843098	LUIZ FERNANDO TEIXEIRA	0	2	3	3	11	60	26/10/1998		
53	200846879	MARIA EDUARDA LASAS ALEIXO	2	2	0	4	10	60	21/04/2000		
54	200843340	THAYNA CRISTINNE SILVA DE OLIVEIRA	2	3	4	2	10	60	28/01/2001		
55	200846515	LUCAS CORREA ALMEIDA DA SILVA	0	4	1	5	9	60	11/09/2003		
56	200845971	GUILHERME MACIEL RODRIGUES	2	3	2	4	9	60	27/12/1997		
57	200845522	ANA LAYS MACHADO DE ANDRADE	1	3	4	4	9	60	07/10/1995		
58	200847024	JULIANA MARTINS VAZ	1	3	4	4	9	60	04/12/1997		
59	200846176	LUAN NUNES ASSUNCAO	4	3	1	3	9	60	27/04/2002		
60	200844622	LUIZ FERNANDO NOGUEIRA	3	4	1	3	9	60	28/04/2003		
61	200845565	ILNNE ALINE FOGACA DA SILVA	2	1	3	2	11	59	21/12/1992		
62	200844860	LUCAS GARCIA PEREIRA	2	3	3	2	10	59	21/12/1990		
63	200845722	ELTON JOSE MARINANGELO SANCHES	1	3	3	4	9	59	23/09/1982		
64	200843248	QUITERIA MARIA DA SILVA DOS REIS	4	2	3	4	8	59	02/10/1967		
65	200843575	SANDRA DE JESUS DE ANDRADE NAKAMURA	1	3	3	1	11	58	23/03/1975		
66	200843733	DANIEL CAMARGO DE QUEIROZ	3	1	1	3	10	58	01/05/1998		
67	200844125	KEILA REGINA NOVAIS MURBA	1	2	3	3	10	58	04/09/1979		
68	200845038	MARCELO MARTINS DE ALMEIDA	2	3	2	2	10	58	15/08/1977		
69	200843511	ADRIANA CRISTINA SARAIVA BRESCIANI	0	3	4	4	9	58	01/08/1971		
70	200845757	KEROLIN DE OLIVEIRA	2	4	4	2	9	58	28/10/2000		
71	200846086	LUIZ FELIPE LOBO DELFINO	2	4	4	4	8	58	26/02/2000		
72	200845271	CLEIDELSON MARIANO DOS SANTOS	0	3	4	1	11	57	22/02/1991		
73	200843590	ALANA APARECIDA SANT ANA SCHITINI	2	4	2	1	10	57	11/06/1995		
74	200844569	THAINARA DE OLIVEIRA BASTOS	2	4	2	1	10	57	11/01/1996		
75	200844184	DANILLO MANOEL NUNES DE OLIVEIRA	1	2	3	4	9	57	21/05/1991		
76	200846542	ANDRE PIREAS DE CAMARGO TOBIAS	2	3	3	4	8	57	06/09/1988		
77	200843584	ANNY RAFAELLE ROSA ANTUNES	2	3	3	4	8	57	01/11/2006		
78	200846373	MERILIN SANTOS VOIGT	2	4	2	5	7	57	18/06/1995		
79	200843442	ALICE VITORIA RODRIGUES SAMPAIO	1	3	1	1	11	56	28/03/2004		
80	200845584	JULIA VITORIA MENDES SOUTO	0	3	1	3	10	56	18/07/2000		
81	200843323	THAYNA DO PRADO MENESSES BRAZ	2	3	0	2	10	56	27/12/1999		
82	200844081	ELIANE APARECIDA VALIM DE SOUZA	1	2	4	2	10	56	31/03/1978		
83	200846555	MAXWELL CIRINO DE CAMARGO	1	2	2	4	9	56	21/01/1979		
84	200843996	FELIPE VAZ DE ALMEIDA	3	3	2	2	9	56	24/08/1986		
85	200846315	JOSIMARA NATALINA DE PROENCA	3	1	1	5	8	56	25/12/1986		
86	200845090	FABIO AUGUSTO CARRIEL	2	3	2	4	8	56	14/12/1981		
87	200844147	NICHOLAS FELIPE DOS SANTOS	2	3	2	4	8	56	08/02/1988		
88	200845267	VIRGINIA STHEEFFANY GAMA DELGADO	2	3	2	4	8	56	29/09/2003		